
[Finlândia: alguns comentários sobre a campanha contra as árvores geneticamente modificadas](#)

Em junho de 2004, ativistas desconhecidos atacaram o último experimento remanescente de árvores geneticamente modificadas na Finlândia. Aproximadamente 400 árvores de bétula geneticamente modificadas foram derrubadas. Como deveríamos reagir agora? Essa foi a primeira pergunta para os que faziam campanhas contra as árvores geneticamente modificadas quando soubemos do ataque.

Nossa campanha contra as árvores geneticamente modificadas na Finlândia começou em 2000, quando eu estava entre um pequeno grupo de ativistas interessados que formaram a People's Biosafety Association (PBA) para monitorizar os organismos geneticamente modificados na Finlândia. Mais cedo no mesmo ano, o Instituto de Pesquisa Florestal da Finlândia recebeu autorização para um experimento com árvores geneticamente modificadas em Punkaharaj.

Na primavera de 2000, a PBA perguntou ao Conselho de Tecnologia Genética pela localização de todos os testes de campo na Finlândia. Eles nos disseram que havia 13 experimentos a campo aberto e mais de 130 testes em laboratórios ou estufas, mas negaram-se a divulgar as localizações dos testes, alegando que não havia registro de testes com organismos geneticamente modificados. Apesar disso, de acordo com a Lei de Tecnologia Genética da Finlândia, deve manter-se um registro de todos os experimentos com organismos geneticamente modificados, à disposição do público.

Nossa seguinte ação foi levar o caso ao Supremo Tribunal Administrativo. Em resposta, o Conselho de Tecnologia Genética emitiu uma declaração incrível. Assinada por Pirjo Mäkelä, o presidente do Conselho, a declaração admitiu os riscos envolvidos, explicando que quaisquer visitas não autorizadas aos testes de campo de organismos geneticamente modificados poderiam ser perigosas para o meio ambiente e para a saúde das pessoas. Portanto, alegou o Conselho, a localização dos testes de campo deve manter-se em segredo.

Em outubro de 2001, eu escrevi um artigo titulado "Finland should oppose genetic modification of trees" (A Finlândia deveria opor-se à modificação genética de árvores) para o jornal de maior circulação da Finlândia, Helsingin Sanomat. Durante a seguinte semana, o jornal publicou dois artigos pró-organismos geneticamente modificados escritos por cientistas florestais e se negou a publicar um artigo que eu lhes tinha enviado retorquindo os argumentos dos cientistas.

A PBA lançou então uma petição exigindo a detenção desses testes de campo. Apontamos que não se tinha levado a cabo uma avaliação adequada dos riscos e que as pessoas que viviam perto dos testes com organismos geneticamente modificados não tinham sido informadas. No início de 2002, a PBA apresentou a petição, assinada por 1500 pessoas a Osmo Soiniavaara, Ministro de Assuntos Sociais e da Saúde e líder do partido político Green League da Finlândia.

A PBA decidiu averiguar por ela mesma onde estavam sendo realizados os testes com árvores geneticamente modificadas. Descobrimos que havia dois testes de campo, um deles em Punkaharju e outro em Viikki, perto de Helsinque.

O público finlandês soube sobre os testes de campo com árvores geneticamente modificadas em 22 de julho de 2002, quando o noticiário da televisão mostrou os ativistas da PBA colocando sinais de alerta de perigo biológico perto dos testes. Uns poucos meses depois o Supremo Tribunal Administrativo da Finlândia anunciou sua decisão de que os testes de campo de manipulação genética deveriam ser divulgados ao público. No entanto, não houve discussão pública real dos riscos.

Em dezembro de 2003, tendo os meios de comunicação finlandeses perdido o interesse, a campanha contra as árvores geneticamente modificadas recebeu um outro golpe. Em Milão, em uma reunião sobre mudança do clima das Nações Unidas, os governos decidiram permitir as plantações de árvores geneticamente modificadas como sumidouros de carbono de acordo com o “mecanismo de desenvolvimento limpo” do Protocolo de Kyoto.

Em resposta, três ONG finlandesas (a People’s Biosafety Association, a Friends of the Earth Finland e a Union of Ecoforestry), lançaram uma petição internacional exigindo que as Nações Unidas proibissem as árvores geneticamente modificadas. Em maio de 2004, a PBA participou em um evento secundário sobre Genebra. Para esse momento, 1600 pessoas e 140 ONG tinham aderido à petição.

Depois de voltar de Genebra, a PBA continuou tentando trazer o problema das árvores geneticamente modificadas para a consideração do público. Visitamos o Parlamento finlandês para dizer aos parlamentares sobre nossa mensagem às Nações Unidas. Convidamos vários cientistas florestais envolvidos na pesquisa de árvores geneticamente modificadas a uma conferência de imprensa da PBA. Apenas três jornalistas apareceram e nenhum cientista.

Em junho de 2004 tivemos boas notícias, finalmente! Kim von Weissenberg, Professor de Patologia Florestal na Universidade de Helsinki disse para Chris Lang do WRM que o teste de campo com árvores de bétula geneticamente modificadas da Universidade de Helsinki “tinha acabado no outono de 2003”.

O silêncio da mídia a respeito das árvores geneticamente modificadas foi abalado quando ativistas destruíram o único teste de campo remanescente de árvores geneticamente modificadas na Finlândia.

Os cientistas florestais responsáveis pelo teste agora alegam que o objetivo do teste era examinar os riscos ambientais, especialmente o risco de poluição genética e a estabilidade dos genes transferidos. De fato, o objetivo do experimento era estudar os processos do carbono-nitrogênio, considerando o impacto sobre as taxas de crescimento.

Além de mentir sobre o objetivo de seu teste com árvores geneticamente modificadas, os cientistas florestais parecem estar violando a lei finlandesa. A PBA sempre tinha alegado que não se tinha realizado avaliação adequada dos riscos ANTES de estabelecer esses testes de campo e agora eles admitem realmente que lançando um novo estudo que analisasse esses riscos no durante o teste de campo.

De acordo com a lei finlandesa, as avaliações de risco devem levar em conta os atuais desenvolvimentos e conhecimento e o Conselho de Tecnologia Genética deve estar informado de quaisquer novas constatações que possam afetar a avaliação de risco prévia.

A PBA alega que os cientistas florestais devem ter alguma informação nova sobre a poluição

genética e instabilidade genética: eles até têm recebido financiamento da Academia Finlandesa para o novo estudo desse riscos.

Antes de continuar o teste de campo eles deveriam portanto ter informado o Conselho de Tecnologia Genética dessa nova informação que faz com que seja preciso realizar novos estudos de avaliação de risco.

Junto com a União Finlandesa de Ecoflorestamento, a PBA tem feito uma reclamação formal sobre esse aparente descumprimento da lei finlandesa. As autoridades estão considerando atualmente a reclamação, antes de decidir a propositura de uma ação legal.

Depois de quatro anos de campanhas contra as árvores geneticamente modificadas, somos otimistas de que não haverá novos testes com árvores geneticamente modificadas na Finlândia.

Por Hannu Hyvönen, coordenador de campanha, União Finlandesa de Ecoflorestamento, e-mail: hannu@elonmerkki.net